



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Plenário

3 - MANIFESTAÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 25/10/2012

Presidência da Deputada Liza Prado

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Arlen Santiago - Bosco - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Duarte Bechir - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Hely Tarquínio - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Marques Abreu - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Falta de Quórum

A Sra. Presidente (Deputada Liza Prado) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 29, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, EM 9/10/2012

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Paulo Lamac e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposição da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, e do Deputado Luiz Henrique, agradecendo convite para participar da “Marcha contra o Crack e Outras Drogas”; da Vereadora Eliane Matozinhos, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte e dos Srs Wanderley Ávila, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Juiz Cel BM Osmar Duarte Marcelino, Presidente do TJMG, Vereador Léo Burguês de Castro, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, todos agradecendo o convite para participar da Reunião Especial em Homenagem ao Proerd; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: Fabrício Schommer Kerber, Delegado de Polícia Federal (9/8/12); Simone Silva dos Santos Guerra, Coordenadora em exercício de Planejamento e Modernização da DLOG do Departamento de Polícia Federal (17/08/2012); Breno Henrique Avelar de Pinho, Secretário de Estado Adjunto de Saúde e Gestor do SUS; Rômulo de Carvalho Ferraz, Secretário de Estado de Defesa Social (11/09/2012); Maria Cláudia Peixoto de Almeida, Chefe de Gabinete de Educação da Secretaria de Estado de Educação (15/9/2012); Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Políticas sobre Drogas da



Secretaria de Estado de Defesa Social (21/9/2012). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte pedido de providências para o tratamento de Adriana Linhares, dependente de álcool e outras drogas, residente nesta Capital; em que solicita seja encaminhado à Subsecretaria de Política Sobre Drogas pedido de providências para o tratamento de Adriana Linhares, dependente de álcool e outras drogas, residente nesta Capital; e do Deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack para discutir modelos de justiça terapêutica no Brasil, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack, no Município de Curvelo, para discutir o avanço do consumo de crack na região e as ações do poder público e da iniciativa privada para seu enfrentamento, em que solicita seja realizada visita técnica da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack à cidade de Lisboa, Portugal, para conhecer o modelo de justiça terapêutica desenvolvido no país, e em que solicita seja realizada visita técnica da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack à Superintendência Federal do Estado de Minas Gerais, para conhecer o trabalho desenvolvido por esse órgão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2012.

Paulo Lamac, Presidente.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/10/2012

Às 14h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Tiago Ulisses, Antônio Júlio, Gustavo Perrella e João Vítor Xavier, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sávio Souza Cruz e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Braulio José Tanus Braz, Secretário de Esportes; Eduardo Antônio Codo Santos, Subsecretário do Tesouro Estadual, e Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional da Superintendência Regional Centro de Minas da CEF; e do FNDE (3) (11/10/2012). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.253/2011 (Deputado Ulysses Gomes) e 3.071 e 3.226/2012 (Deputado Tiago Ulisses), no 1º turno; e Mensagens nºs 293, 297 e 301/2012 (Deputado Tiago Ulisses); 294, 295 e 298/2012 (Deputado Romel Anízio); 296, 300 e 308/2012 (Deputado João Vítor Xavier); 299 e 302/2012 (Deputado Gustavo Perrella), em turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. As Mensagens nºs 238, 241 e 247/2012 e o Projeto de Lei nº 2.811/2011 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Gustavo Perrella, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela ratificação dos regimes especiais de tributação encaminhados pelas Mensagens nºs 239/2012 (relator: Deputado Gustavo Perrella) e 240/2012 (relator: Deputado João Vítor Xavier, em virtude de redistribuição), os quais concluem pela apresentação de projeto de resolução; e são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 24/2012 com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública (relator: Deputado Zé Maia); e dos Projetos de Lei nºs 2.253/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado João Vítor Xavier, em virtude de redistribuição); 3.071/2012 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 3.226/2012 (relator: Deputado Tiago Ulisses Parecer). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 3.697/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Zé Maia e André Quintão, em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Participação Participação para realizar a abertura da revisão do PPAG 2012/2015, no exercício de 2013; e do Deputado Antônio Júlio, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado da Fazenda pedido de informações sobre a receita do último exercício financeiro, decorrente da remuneração pela prestação de serviços às sociedades seguradoras beneficiadas pelo DPVAT, nos termos do convênio em vigor, firmado por meio do Departamento Nacional de Trânsito - Denatran; e ao Chefe do Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais pedido de informações, com o envio de cópia a este Parlamento, sobre o convênio celebrado com as sociedades seguradoras beneficiadas pelo DPVAT, por meio do Departamento Nacional de Trânsito - Denatran. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2012.

Zé Maia, Presidente – Tiago Ulisses – João Vítor Xavier.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/10/2012

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, João Leite e Rômulo Viegas (substituindo o Deputado Neilando Pimenta, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite,

dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Joaquim Herculano Rodrigues, Presidente do Tribunal de Justiça; Wanderley Ávila, Presidente do Tribunal de Contas; Cel. BM Osmar Duarte Marcelino, Presidente do Tribunal de Justiça Militar; Marcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Alberto Pinto Coelho, Vice-Governador do Estado; Leo Burgues de Castro, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, todos agradecendo o convite para participar das audiências públicas de Monitoramento do PPAG 2012-2015; e Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, agradecendo o convite para participar das audiências públicas de Monitoramento do PPAG 2012-2015 e encaminhando sugestões para os próximos eventos; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios das Sras. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (3), e Maria Cláudia Peixoto de Almeida, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação (11/9/2012); Maria Coeli Simões Pires (2), Secretária de Casa Civil (15/9/2012); dos Srs. Antônio Alves de Souza, Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde; Joaquim Herculano Rodrigues, Presidente do Tribunal de Justiça; Breno Henrique Avelar de Pinho Simões, Secretário Adjunto de Saúde e Gestor do SUS; e da Sra. Maria Coeli Simões Pires (2), Secretária de Casa Civil (21/9/2012). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos do Deputado André Quintão (2) em que solicita seja realizado debate público para apresentar e discutir a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social; seja realizada audiência pública para debater o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, por ocasião dos 10 anos do Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Sexual; dos Deputados André Quintão e Carlin Moura em que solicitam seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater o papel dos conselhos tutelares na garantia dos direitos da criança e do adolescente e o seu fortalecimento, por ocasião do Dia Nacional do Conselheiro Tutelar, comemorado em 18 de novembro; dos Deputados André Quintão e Zé Maia em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Fiscalização Financeira para realizar a abertura da revisão do PPAG 2012-2015, no exercício de 2013; do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão para discutir a situação de mais de 100 famílias que residem na Rua França, Bairro Funcionários, no Município de Contagem, e que não possuem água e luz regularizadas, não recebem correspondências e sofrem com a péssima condição das ruas; e dos Deputados André Quintão, João Leite e Rômulo Viegas em que solicitam seja encaminhado à Funai pedido de providências para que seja intensificado o processo de negociação com as lideranças indígenas que ocupam o escritório desse órgão no Município de Governador Valadares, evitando-se assim qualquer tipo de confronto. Logo após, o Deputado André Quintão avoca a si a relatoria do requerimento da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão a fim de promover o debate necessário para definir diretrizes sobre os Objetivos do Milênio, que são estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, para uma mobilização social pelo bem-estar e o desenvolvimento humano. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2012.

André Quintão, Presidente - Bosco - Rômulo Viegas.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/10/2012

Às 10h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, André Quintão, Glaycon Franco e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência dos Deputados Zé Maia e André Quintão, respectivamente, Presidentes das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular, em que convidam os membros desta Comissão para participar de reunião de audiência pública conjunta destinada à apresentação da proposta de revisão do PPAG 2012-2015, exercício 2013. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados e a Deputada citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.489, 3.491 e 3.501/2012 (Deputado Sebastião Costa); 3.502/2012 (Deputado Bruno Siqueira); 3.492 e 3.494/2012 (Deputado Luiz Henrique); 3.500/2012 (Deputado Glaycon Franco); e 3.493, 3.496 e 3.498/2012 (Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 81, 1.585 e 1.787/2011, 3.207, 3.208, 3.260 e 3.421/2012 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento da Deputada Rosângela Reis aprovado pela Comissão. Os pareceres sobre o Projeto de Lei Complementar nº 27/2012 e o Projeto de Lei nº 2.883/2012, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Gustavo Valadares e Sebastião Costa. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 277/2011, 3.069, 3.280/2012 (relator: Deputado Gustavo Valadares); 2.643/2011, 3.130 e 3.146/2012 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o Projeto de Lei nº 1.077/2011 e à Secretaria de Estado de Saúde o Projeto de Lei nº 1.619/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.700, 1.915/2011 e 3.055/2012, todos na forma do Substitutivo nº 1, 3.388/2012 com Emenda nº 1 (relator: Deputado André Quintão); e 3.219/2012 (relator: Deputado Sebastião Costa). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.077/2011 e 3.003/2012, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator,



Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.209/2011 (relator: Deputado André Quintão) e 2.976/2012 (relator: Deputado Glaycon Franco, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2012.

André Quintão, Presidente – Duarte Bechir – Bosco – Gilberto Abramo – Rômulo Viegas – Sebastião Costa.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 29/10/2012, destinada a homenagear a Usiminas pelos 50 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 26 de outubro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de pesar pelo falecimento de Dom Hélio Gonçalves Heleno, Bispo Emérito da Diocese de Caratinga, ocorrido em 4/9/2012, nesse Município (Requerimento nº 3.635/2012, do Deputado Adalclever Lopes);

de congratulações com o Sr. Wander Márcio de Rezende pela publicação do livro “Araxá - Bela e Atrativa”, que divulga a história e a cultura da cidade (Requerimento nº 3.636/2012, do Deputado Bosco);

de aplauso à Igreja Adventista do Sétimo Dia pelo lançamento da edição especial de 2012 da revista “Quebrando o silêncio” (Requerimento nº 3.647/2012, da Deputada Liza Prado);

de congratulações com a Arquidiocese de Pouso Alegre pelos 50 anos de sua instalação (Requerimento nº 3.659/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao BDMG pelos 50 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.688/2012, da Deputada Liza Prado);

de aplauso aos policiais civis lotados na Divisão Especializada de Investigação Antidrogas e no Departamento de Investigação Antidrogas da Polícia Civil, que participaram da operação que culminou na prisão de três pessoas e na maior apreensão de cocaína e “crack” no Estado (Requerimento nº 3.725/2012, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados na 2ª CIA Rotam, no 13º BPM, no 16º BPM, no 34º BPM e no Gate, pela atuação nas operações relativas à chacina ocorrida durante um pagode no Bairro São Geraldo (Requerimento nº 3.726/2012, da Comissão de Segurança Pública).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 23/10/2012

O Deputado Ivair Nogueira* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho a esta tribuna hoje falar de dois assuntos importantes. O primeiro diz respeito à lei de organização judiciária de Minas Gerais, que, de tempos em tempos, o Poder Judiciário envia a esta Casa. A Assembleia passa, então, a fazer a análise dessa lei e, por conseguinte, estuda a viabilidade do texto enviado, que pode conter emendas dos parlamentares, condicionando a criação de novas comarcas e de novas varas.

O Tribunal de Justiça sempre disse que, quando a lei de organização judiciária vem para a Assembleia, os Deputados usam de critérios políticos para favorecer suas bases. Retroagindo no tempo, até concordo com o Tribunal de Justiça quando analiso duas cidades de Minas Gerais. A primeira é Divinópolis, que possui uma população de 217 mil habitantes e hoje conta 12 varas, um Juiz Auxiliar e uma unidade jurisdicional do Juizado Especial com três Juízes. Falta ainda instalar três varas da Justiça comum. Vejo aqui o caso de Uberaba, que tem 302 mil habitantes e 14 varas da Justiça comum, dois Juízes Auxiliares e duas unidades jurisdicionais do Juizado Especial com três Juízes cada uma.

Não tenho nada contra Divinópolis e Uberaba. Quero, na verdade, que Uberaba e Divinópolis continuem com o mesmo número de varas e talvez até mais, se tecnicamente for permitido. Não posso concordar é com que Betim, que hoje beira a 400 mil habitantes,

possua apenas 10 varas, dois Juizes Auxiliares e uma unidade jurisdicional do Juizado Especial com três Juizes. Se compararmos as situações de Uberaba, Divinópolis e Betim, Betim se equipara a Ibitiré, Ribeirão das Neves e Santa Luzia, cidades que tiveram crescimento desordenado e onde litígios e conflitos acontecem com maior frequência.

Quanto a isso eu queria alertar o Tribunal de Justiça: que se fizesse um estudo criterioso, observados os aspectos técnicos, a fim de dar a Betim, e não privilegiá-la, o que ela merece e o que tecnicamente está enquadrado quanto ao número de Juizes e aos requisitos de população, porque penso que a cidade está pronta para atender.

Vejo que Betim emprestou ao fórum um prédio onde funcionava a Prefeitura. É medida paliativa, não resolverá o problema do Poder Judiciário da cidade. O ideal seria que o Poder Judiciário utilizasse provisoriamente, nos próximos quatro anos, a atual sede da Prefeitura, que se encontra em reforma há quase um ano e seis meses. O Poder Judiciário ainda não foi transferido para a antiga Prefeitura e continua pagando alto aluguel no Centro de Betim. Deveria ser estudado o que se está fazendo por Contagem, Juiz de Fora e algumas cidades importantes de Minas Gerais. Betim já tem um terreno próprio para construção do prédio do fórum, mas até hoje isso não ocorreu. Transferir simplesmente o fórum para o antigo prédio da Prefeitura é procrastinar e deixar a cidade, muito em breve, com o mesmo problema que enfrenta atualmente. Esse é um dos assuntos que quero discutir com o Presidente do Tribunal de Justiça e com esta Casa.

Mas, meus amigos, senhoras e senhores, fico estarelecido com a constatação de acontecimentos do Campeonato Brasileiro. E não há como negar. O juiz apita, mas é o Superior Tribunal de Justiça Desportiva, o famoso STJD, que define quem será punido. Infelizmente, é isso que vimos acontecer em um dos assuntos que mais mexem com o brasileiro e que é uma paixão nacional, o futebol. E isso vem ocorrendo especialmente nas últimas rodadas do Brasileirão, quando um time mineiro tem a chance de ser campeão, de lutar pelo título.

O vergonhoso posicionamento de Jonas Lopes de Carvalho Neto, relator do STJD no caso que culminou com a suspensão do jogador do Atlético Mineiro, Ronaldinho Gaúcho, já oferece algumas mostras de como os casos são julgados à revelia. O relator deixou clara, em sua página no Facebook, como enxerga o jogador Ronaldinho: como um moleque. Esse jovem relator teria a seriedade necessária para estar em um órgão de tamanha responsabilidade que decide e interfere, direta ou indiretamente, em resultados de jogos?

Mas o que deixa a todos indignados, mesmo os que não são atleticanos, é que o Tribunal Desportivo está mudando o que o árbitro descreve em sua súmula. No jogo entre Atlético e Grêmio, no último dia 9, o STJD considerou agressivo o lance entre Ronaldinho e Kléber, por isso julgou e puniu o jogador atleticano. Em contrapartida, o árbitro Heber Roberto Lopes, que não penalizou o jogador pelo fato, por entender que não houve agressão, foi acusado de omissão. Então, eu pergunto novamente: quem é soberano em um jogo de futebol? Por que o juiz está ali? Para quê? Está ali, exatamente, para acompanhar e analisar os lances e, a partir dessa análise, considerando as regras do futebol, punir, expulsar, dar falta, ou apenas entender que futebol é jogo de contato ou não.

Assim, parabênizo os Deputados que compõem a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude que pediram audiência pública para debater a relação da Confederação Brasileira de Futebol – CBF - e do STJD com os clubes de futebol do Estado de Minas Gerais.

Acredito que, a partir das explicações dos senhores convidados, como os Presidentes da CBF e da Federação Mineira de Futebol, consigamos entender alguns posicionamentos, como, por exemplo, o do STJD, que pode punir o Clube Atlético Mineiro devido às manifestações de sua torcida no jogo contra o Fluminense, no último domingo.

O Procurador-Geral do Supremo Tribunal de Justiça Desportiva, Paulo Schmitt, solicitou imagens de TV para analisar o mosaico erguido pela torcida com as letras da CBF de cabeça para baixo e com as três cores do clube carioca. Infelizmente, a CBF não aguenta nenhum tipo de crítica e não aceita a democracia. A a torcida também levou nariz de palhaço e gritou palavras de protesto contra o que a arbitragem e os órgãos desportivos vêm fazendo contra os times mineiros. Foi um protesto contra a intervenção desmedida da CBF e do STJD, sem respeito à opinião do árbitro, que nesse jogo, mais uma vez, não entendeu a manifestação da torcida como ofensa.

O estádio é um ambiente de emoções. Amor, decepção, alegria, revolta fazem parte do que o futebol significa para todos nós, brasileiros.

O Atlético pode ser denunciado com base no Estatuto do Torcedor, que proíbe mensagens ofensivas; contudo, não vejo ofensa quando a torcida apenas expõe um sentimento que é comum a atleticanos, cruzeirenses e americanos, o sentimento de que os clubes mineiros são preteridos em relação aos times do eixo Rio-São Paulo. Não é à toa que o apresentador Kajuru, em seu programa de TV, revelou conversa com o ex-jogador Reinaldo. Este afirmou que o ex-Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, teria dito que, enquanto o Kalil fosse presidente, o Atlético não ganharia título. O Ricardo Teixeira já não é presidente, mas ainda exerce influência sobre a CBF. Como Cidadão Honorário de Belo Horizonte, não teria ele que tentar interceder por nós, mineiros?

Estamos aqui para tentar encontrar algumas respostas, considerando que tanto a CBF quanto o STJD são órgãos importantes e fundamentais que trabalham com o patamar da emoção. Portanto, porque temos a mesma vontade que os grandes clubes de outros Estados e uma torcida igualmente apaixonada, queremos ser tratados com igualdade.

Os juizes devem, sim, passar por treinamento para manter um padrão de arbitragem, mas a CBF e o STJD precisam respeitar a soberania do juiz, porque, se o cartola pune, para que o apito?

Então, gente, não podemos concordar com tantas aberrações que vêm acontecendo no futebol, que é hoje uma paixão nacional e, portanto, precisa ser tratado com respeito. Se temos tantas tecnologias que podem ser usadas pelo árbitro auxiliar para ajudar o principal, para confirmar um impedimento ou um pênalti, por que não usá-las? Por que deixar na mão de uma pessoa o poder de punir ou de reverter resultados que não traduzem a realidade e têm provocado um distanciamento muito grande e revolta da torcida, principalmente quando a decisão cabe aos dirigentes da CBF? Essa mesma CBF que fica a caçar níqueis, marcando jogos da seleção brasileira com seleções inexpressivas, tentando enganar a nossa torcida, achando que ganhar de seleções inexpressivas vai convencer a torcida brasileira de que a seleção que temos hoje é a melhor para nos representar daqui a dois anos?



A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Ivair Nogueira, que também reside em Betim, onde moramos, é claro que, no esporte, como em todas as áreas da sociedade, queremos a verdade e a justiça. Não é possível que alguns, que mandam, possam definir tudo, muitas vezes de maneira manipulada. Portanto, concordo com V. Exa. e considero importante o seu pronunciamento.

Mas quero me referir principalmente à primeira parte de sua fala, sobre a questão da Justiça em Betim. Quantas vezes lutamos, com o apoio de V. Exa., para implantar a Vara da Criança e do Adolescente na cidade, o que só aconteceu recentemente? Ou seja, não tínhamos nem isso em Betim, que é a cidade com maior arrecadação na Região Metropolitana depois da Capital e que, portanto, precisa ser respeitada. Então, queremos que a Justiça tenha um prédio digno, com varas em número suficiente. Também é preciso que tenhamos mais Juízes, porque há ali centenas de processos sem solução, já que não temos Juízes em número suficiente. Portanto, concordando com V. Exa., quero cumprimentá-lo por esse pronunciamento, dizendo que a nossa luta pelos direitos continua, para que a nossa cidade seja verdadeiramente uma referência e seja respeitada pela população, em função da observância dos direitos. Para isso, é preciso que o poder público estadual garanta à cidade os espaços necessários para o atendimento à população, sobretudo no Judiciário, mas também na área das Polícias Civil e Militar, que também precisam de efetivo em número suficiente na cidade. Obrigada. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Ivair Nogueira* - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara.

Ao concluir meu pronunciamento, quero dizer que outra grande incoerência é a proibição da venda de bebida nos estádios. Sabemos que, pela Lei Seca, em vigor hoje, quem vai dirigindo para o estádio não pode beber. Mas a pessoa que vai de carona pode, sim, beber nos estádios. Por que nos jogos dos campeonatos mineiro e brasileiro não se pode vender cerveja nos estádios, mas agora, por um acordo da CBF, nos jogos da seleção brasileira será permitida a venda de bebida? Outra incoerência é que não se pode vender cerveja dentro do estádio, mas a pessoa pode chegar quatro ou cinco horas antes do jogo, beber à vontade do lado de fora e ir para o estádio “trêbada”. Na Inglaterra, a venda de cerveja dentro do estádio é permitida. O que precisa haver é segurança, fiscalização, acompanhamento e punição, acabando-se com a impunidade. Todo mundo ama o futebol; todos querem se divertir e ir para o estádio para aproveitar. Mas, com tantas incoerências, que explicitarei aqui, por parte da CBF e do STJD, o futebol vai acabar sendo visto só pelos canais de televisão, porque vamos perder o gosto de ir para os campos de futebol. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fred Costa* - Boa tarde a todos, boa tarde a todas. Corroborando as palavras do Deputado que me antecedeu, Ivair Nogueira, eu não poderia deixar de também externar minha indignação com a falta da verdade e de princípios que devem ser inerentes a qualquer um de nós, cidadãos, e que devem nortear as ações não só nossas, no dia a dia, mas também as de instituições, quer religiosas, quer políticas, quer até mesmo desportivas.

Faço questão de frisar o quanto o futebol brasileiro, a maior paixão nacional, que move milhões e milhões de pessoas, às vezes de forma passional, mas no mínimo como passatempo de um universo expressivo de pessoas, está desacreditado. Recentemente nos deparamos, para alegria, acredito, da maioria de nós, com a mudança do Presidente da CBF. Porém, os problemas parecem não ter acabado. Em se tratando de algo que move paixão e cifras bilionárias, deparar-nos com aquilo que temos observado através dos meios de comunicação ou pessoalmente nos estádios, de Norte a Sul, de Leste a Oeste do País, é inadmissível.

Tive o cuidado de, antes de vir a esta tribuna, imprimir matéria comparada a um termômetro dos clubes que teriam sido favorecidos e prejudicados, artigo proveniente, aliás, de um jornal do Rio de Janeiro. O que observamos? Dos 10 clubes mais prejudicados no Campeonato Brasileiro, teoricamente seis não estariam colocados como os grandes do Brasil do eixo Rio-São Paulo. Refiro-me a Figueirense, Bahia, Náutico, Ponte Preta, Coritiba e Portuguesa. Que enorme coincidência exatamente esses serem os mais prejudicados! Não quero aqui fazer defesa do clube X, Y ou Z, mas, sim, do Estado de Minas Gerais e de todos os que têm sido preteridos ou prejudicados. Coincidentemente, o clube de Minas que ainda disputa o título nacional também está colocado entre os mais prejudicados.

Eu trouxe outras tantas reportagens, todas publicadas ontem e hoje. Espontaneamente, a torcida do Clube Atlético Mineiro fez protesto contra a CBF e contra a forma como a arbitragem tem se comportado no nosso país. E, mais uma vez, para nossa indignação, a manchete é: “Protesto da torcida do Atlético contra arbitragem está na mira do STJD”. Esse clube corre risco de perder o mando de campo.

Realmente fico surpreso. Os que cometeram erros de forma sucessiva, no caso os árbitros, às vezes são suspensos de um jogo ou de outro, mas o clube, que não é o responsável direto, e sim o movimento de uma torcida organizada, é que será punido? Os valores estão se invertendo, o certo está errado, o errado está certo. Vivemos num Estado Democrático de Direito, mas o que estão fazendo é impor uma ditadura. Onde está a liberdade de expressão de um conjunto de cidadãos que se sentem indignados ou lesados, já que são consumidores, na medida em que compram o ingresso? O Estatuto do Torcedor é também ignorado.

Então deixo o meu registro, a minha fala de indignação contra essa situação hoje referente ao Atlético Mineiro, ontem ao Cruzeiro, e poderia ser referente a América, Ipatinga, Boa Esporte, enfim, qualquer clube de Minas ou do Brasil, lesado e, por consequência, também os seus torcedores.

Mas o motivo fundamental pelo qual me inscrevi aqui hoje é para falar sobre a questão da violência e dos maus-tratos. Primeiramente vou ater-me à questão da defesa e da proteção dos animais. Há duas semanas, na cidade de Caeté, muito próxima da Capital, infelizmente um animal foi encontrado amarrado, com as duas patas quebradas, ferido no ânus e com a cabeça coberta. Foi comprovado que esse animal foi vítima de abuso sexual. Ora, é inadmissível tal prática; o homem que praticou esse ato criminoso tem que ser encontrado para que lhe sejam aplicadas as sanções penais cabíveis. Uma pessoa que pratica isso representa risco não só para os animais, mas também para os seres humanos. Por isso estarei em Caeté ainda esta semana, com o Delegado Bruno, que já assumiu a condução dos trabalhos de investigação, e também com o Prefeito daquela cidade. Concomitantemente, o que temos observado? No Brasil a população tem convivido com o medo da violência. O número de boletins de ocorrência em todo o País está aumentando de forma considerável.



E aqui faço um apelo. Nós, Deputados Estaduais, Vereadores, Prefeitos, Governadores, Presidente, todos temos que estar imbuídos do mesmo sentimento e cobrar do Congresso Nacional, dos Deputados Federais e dos Senadores que façam as mudanças necessárias no Código Penal. Nos últimos 11 dias, participei de três reuniões com a mesma pauta: segurança pública.

O que está gerando essa sensação de insegurança? Questão social, sim, a necessidade de maior investimento. E agora o Governador anunciou maior investimento nas Polícias Militar e Civil, procurando, mais uma vez, fazer a sua parte. Mas há, sobretudo, o sentimento de impunidade, que é proveniente de leis que não refletem o momento, a realidade, a verdade e a necessidade do nosso povo, e um sistema prisional falido. Neste momento, o que tem de haver? Uma união de esforços por parte de todos nós, imbuídos de um só sentimento: a defesa da vida. Hoje cada um de nós está na condição de Deputado Estadual, no entanto, amanhã, muitos de nós poderemos não estar aqui, porque o poder é efêmero e seremos cidadãos como qualquer outro, à mercê de todas as formas de violência.

O meu tempo está se esgotando, mas quero trazer para a discussão o mapa da violência de 2012, que aponta números assustadores e alarmantes em todo o País. Quais foram as manchetes, principalmente dos três grandes jornais de Minas Gerais ou de maior circulação, veiculadas ontem e anteontem? “Pai de menina desaparecida em Bom Sucesso reconhece o corpo da filha.” Talvez eu seja um dos poucos Deputados aqui que ainda não é pai. Pretendo ser. Todos aqueles que são pais e mães externam um sentimento de amor ímpar, de devoção aos seus filhos. Imaginem pelo que esse pai está passando! A sua filha Camila foi vista pela última vez em frente à sua casa, no Bairro Palmeiras, por volta das 12h30min, na terça-feira, dia 16. Assim que Camila chegou da escola foi até à casa do vizinho, que fica a poucos metros de distância da sua casa. Quando sua mãe chegou, foi chamar a criança para fazer o dever de casa, mas não encontrou a filha e a procurou desesperadamente. Poucos dias depois, o pai acaba deparando com o corpo da filha de cinco anos completamente esquartejado. A polícia abriu inquérito e buscará os responsáveis por essa atrocidade e por esse crime abominável; contudo, essas famílias levarão para o resto da vida esse trauma. Isso que aconteceu e relatei, ou seja, o fato ter sido ceifada uma vida, tem ocorrido constantemente em todo o País.

Recentemente estive na Colômbia - resalto aqui, com recursos próprios - para conhecer a realidade desse país, que está conseguindo vencer a guerra contra o tráfico e melhorar a mobilidade urbana. O que aconteceu nas suas duas maiores cidades, Bogotá e Medellín, além de ter um plano de segurança, de aquele país ter percebido que não teria força, se não recorresse às forças militares? Naquelas duas grandes cidades, ao andar pelas ruas, a pessoa depara até com a força do Exército, mas aquilo que os cidadãos esperam está acontecendo, ou seja, o número de boletins de ocorrência está diminuindo de forma exponencial.

Não estamos falando de um país rico, mas sim de um país que, infelizmente, até pouco tempo, era a maior referência do crime organizado da América do Sul. Então, temos de cobrar dos Deputados Federais e Senadores maior investimento, como o Governador anunciou e vai fazer. Temos de unir esforços e buscar alternativas que obtiveram sucesso em outros países e cidades. Não podemos continuar de braços cruzados, aceitando a violência, o risco que nós e nossas famílias estamos correndo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, servidores estaduais, representantes do Sindifisco que acompanham a reunião ordinária desta terça-feira, boa tarde. Gostaria de abordar, Sr. Presidente, um assunto importante. Trata-se da rotina de debates que esta Casa, há praticamente 10 anos, estabeleceu, referente ao planejamento público do Estado de Minas Gerais. Desde 2003, a Assembleia Legislativa, cumprindo suas prerrogativas de maneira plena, tem estabelecido um diálogo permanente com entidades, organizações, sindicatos, lideranças políticas e gestores para realizar o debate público das prioridades do Estado em seu planejamento plurianual. Em 2003, por meio das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, iniciamos esse processo. Incluímos, a partir desse ano, a obrigatoriedade da revisão anual das leis orçamentárias, particularmente do PPAG. De lá para cá, esse processo tem trazido muitos avanços relativos à incorporação de novas demandas, novos públicos, novas ações e até novos projetos estruturadores na agenda do Estado.

Completamos este ano uma década de participação na discussão do planejamento do Estado, por iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Já iniciamos, segunda-feira, o processo regionalizado em Araxá, por meio de audiência com foco na rede de educação; realizaremos debate em Poços de Caldas, com foco na saúde; trataremos da rede de proteção e desenvolvimento social, em Araçuai; realizaremos um debate sobre a questão do desenvolvimento rural, em Piumhi, Sudoeste mineiro; e discutiremos todos os 31 projetos estruturadores do governo do Estado, aqui em Belo Horizonte, nos dias 5, 6, 7 e 13 de novembro.

Queria aproveitar este espaço de grande audiência da TV Assembleia para convidar todos os cidadãos e cidadãs de Minas Gerais, Prefeitos, Vereadores e Vereadoras, até mesmo os recém-eleitos, para participar desse processo. É aí, na análise do orçamento público, que conferimos maior ou menor prioridade às políticas públicas. Não adianta vir a esta tribuna, a este Plenário, para falar da saúde, da educação, da valorização do servidor e da assistência social, se não tivermos gestos práticos na análise, elaboração e aperfeiçoamento da peça orçamentária. Então, queria fazer esse convite para que Minas Gerais participe não apenas dos eventos regionalizados, mas também do evento geral. Repito que ele acontecerá nos dias 5, 6, 7 e 13 de novembro; e será coordenado pelas comissões permanentes da Assembleia Legislativa. Essa é outra conquista metodológica e política do processo. A partir deste ano, a responsabilidade de coordenação será não apenas das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira, mas, no encaminhamento e coordenação das discussões de mérito, será compartilhada com as comissões permanentes desta Casa. Deputados e Deputadas, farei questão de, acompanhando todo esse processo, fazer balanços periódicos desta tribuna dos debates que estão ocorrendo, a fim de buscar opiniões sobre algumas correções, aperfeiçoamentos e mudanças na nossa Lei Orçamentária para 2013 e no Plano Plurianual até 2015.

Ontem, na cidade de Araxá, ocorreu uma audiência, coordenada pelo Deputado Bosco, Presidente da Comissão de Educação, a qual contou com a presença do Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa, e deste Deputado, e onde várias questões importantes foram abordadas. Vou bater na mesma tecla em que tenho insistido há alguns anos: a necessária integração da política pública de educação com as demais políticas sociais. Quando pensamos numa política pública digna de educação, devemos pensar neste tripé:



acesso, permanência e qualidade. Nesse sentido, a questão da permanência, da qualidade e do rendimento do aluno tornam-se centrais nesse debate, uma vez que o acesso está praticamente universalizado no ensino fundamental e chegando perto disso no ensino médio. Mas, na verdade, muitos dos que ingressam no ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio não concluem esse ciclo na sua totalidade. Muita gente fica no meio do caminho. A taxa de evasão escolar no ensino médio, principalmente no 1º ano, ainda é alta. Todas as pesquisas e estudos mostram que essa taxa de evasão decorre, em primeiro lugar, da falta de atração do projeto pedagógico e do que é ofertado pelas escolas aos jovens e, em segundo lugar, pela questão social. No caso das meninas, das jovens adolescentes, aparece a gravidez precoce, e, no caso dos homens, temos a iniciação precoce ao trabalho, a necessidade de complementação de renda, ou ainda outros dramas vividos por essa juventude, por exemplo, o ingresso no submundo da droga e do tráfico.

Quero dizer que enfrentar o desafio da permanência do jovem na escola não depende simplesmente do corpo docente da escola, dos profissionais da escola.

Uma parte, sim, está relacionada com o projeto pedagógico; uma parte, sim, está relacionada com a importância de o ensino médio ser repensado e ser cada vez mais vinculado à profissionalização e preparação desses jovens para o emprego de qualidade.

O Brasil vem crescendo e tem aberto novas perspectivas de desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda, mas muitas vezes o jovem que sai ou que está no ensino médio não está adequadamente preparado para ocupar esse espaço profissional. Esse é um desafio.

Quero alertar nossos colegas Deputados e Deputadas. O Programa de Qualificação Profissional - PEQ - tem uma meta de atendimento de 54 mil jovens. Sabemos que, só no âmbito do ensino médio, há mais de 800 mil jovens. A perspectiva de profissionalização do jovem em Minas Gerais ainda está muito tímida. É lógico e é sabido que muitas vezes, se não se oferta uma qualificação atrativa e que vai repercutir em um emprego melhor, esse jovem sequer procura essa vaga.

Então, não basta aumentar e ampliar estatística de oferta de curso profissional. Precisamos identificar nas regiões a sua vocação e, a partir da vocação econômica, ampliar as oportunidades de qualificação. Esse é um desafio para o ensino médio. O governo federal, por meio dos Ifets e do Pronatec, tem feito a sua parte. Precisamos criar essa rede integrada entre governos federal e estadual, com o apoio dos Municípios, para associar o ensino médio à preparação profissional. Essa é uma iniciativa que pode repercutir em uma atratividade maior e na permanência do jovem na escola.

A outra questão está relacionada ao apoio às famílias desses jovens. Em Minas Gerais, temos, de minha autoria, a Lei nº 16.683, de 2007, que prevê o acompanhamento social nas escolas da rede pública do Estado de Minas Gerais. Os Deputados Gilberto Abramo e Carlos Henrique sabem do que vou dizer porque têm um trabalho nessa área: muitas vezes, o jovem que entra no mundo da droga, que não tem uma família estruturada, é aquele que vai evadir, que não vai concluir o ensino médio. É aquele jovem que não vai ter a sua autoestima resgatada, que não vai potencializar em plenitude seus dons e suas vocações. Muitas vezes, é a criança ou o jovem filho de pai alcoólatra ou que poderia estar sendo recuperado, de um pai ou uma mãe que poderiam estar em um Centro de Atenção Psicossocial, de uma família que poderia estar recebendo benefício de prestação continuada ou do Bolsa Família.

Só em Belo Horizonte - não vou falar do Estado inteiro -, Capital com todos os seus recursos, temos 10 mil famílias que poderiam estar recebendo benefícios de transferência de renda, mas é preciso que façamos a chamada busca ativa. Temos uma proposta clara de implementar o acompanhamento social, de integrar os Municípios, de apoiar os Prefeitos na política pública de assistência, para que os Cras, para que os profissionais do PSF, junto com o corpo técnico das escolas, possam, de maneira territorializada, fazer essa busca ativa e esse acompanhamento um a um. Um acompanhamento quase que individualizado para que nenhum jovem deixe a escola e entre no submundo da droga ou do subemprego.

O programa que o Estado aponta, do qual quero destacar a minha discordância, é o Professor da Família. A denominação é errada, até porque o programa não é executado por professores, e a sua abrangência é muito reduzida.

A meta de atendimento do programa Professor da Família é de apenas 2% das escolas. Discutimos isso em Araxá. Compreendemos o objetivo da proposta. É importante estimular a participação da família, assim como alfabetizar e aumentar a escolarização dos pais, o que repercute na criação e no rendimento dos alunos, e integrar as famílias aos programas sociais; todavia, defendemos que essa meta seja atingida com políticas públicas universais. Não podemos nos contentar com um programa no Estado de Minas Gerais, como o Professor da Família, que atenda somente a 2% das escolas públicas.

Esse ponto foi levantado, assim como questões relacionadas com a segurança nas escolas e o apoio ao projeto Cultivar, Educar e Nutrir, para que as escolas tenham maior facilidade de aquisição da alimentação escolar diretamente do agricultor familiar, como prevê a Lei Federal nº 11.947. No mínimo 30% de gêneros alimentícios devem ser adquiridos da agricultura familiar. É preciso um trabalho firme da Emater e dos órgãos do Estado para que as famílias agricultoras possam produzir gêneros alimentícios adequados e vinculados à necessária alimentação escolar de jovens e crianças da rede estadual.

Srs. Deputados, a audiência pública de ontem foi muito produtiva: mais de 30 propostas foram apresentadas, incluindo a valorização dos servidores da educação, porque não se constrói uma educação pública de qualidade com baixa remuneração, com profissionais desestimulados. Estaremos atentos. Ontem, em Araxá, discutimos a primeira rede de desenvolvimento. Esperamos que os próximos debates também possam manter o mesmo nível de qualidade.

Fica aqui, para terminar, Sr. Presidente, a cobrança de que o governo estadual cumpra a lei que prevê a presença de psicólogos, sociólogos e assistentes sociais no acompanhamento de crianças e jovens que estão na rota da evasão escolar. Um jovem fora da escola, uma criança fora da escola, infelizmente, pode ser cooptado pelo mundo das drogas. É melhor prevenir que remediar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia e pela Rádio Assembleia, quero cumprimentar a todos e, de maneira muito especial, os trabalhadores, os servidores públicos estaduais que estão aqui nas galerias lutando pelos seus direitos.



Sras. Deputadas e Srs. Deputados, falarei sobre os servidores que estão aqui, como os do Ipsemg, os da saúde, os da educação e os da Secretaria de Fazenda. Dirijo-me a você, que está nos assistindo pela TV e nos ouvindo pela Rádio Assembleia, para informar que há uma lei que obriga o Estado a negociar com os representantes do funcionalismo em setembro. Neste mês, o governo do Estado deveria buscar o diálogo, a negociação, não apenas sobre as condições de trabalho, mas sobretudo sobre os índices de reajuste para os servidores. Isso infelizmente não aconteceu. O Executivo, em vez de cumprir a lei, de chamar os representantes dos servidores estaduais para negociar, para colocar as contas sobre a mesa, para verificar as possibilidades de reajuste e os índices e debater as condições de trabalho dos servidores do nosso Estado, simplesmente se limitou a informar que não haveria reajuste.

Vou repetir, alto e bom som, para todo o nosso Estado o que ouvi nas galerias. O Governador, o governo do Estado, o Executivo deu um belo calote nos servidores públicos do Estado. Isso não se faz. O Estado de Minas funciona por causa dos trabalhadores, dos servidores, portanto, é preciso respeitá-los; é preciso que o governo do Estado cumpra a lei. A lei determina que haja negociações.

Considero também, Deputado Rogério Correia, que houve um equívoco no fato de o governo, além de não negociar, e não apresentar disposição para a negociação, ainda conceder reajuste a alguns segmentos dos servidores. Mas isso também foi feito sem debate, sem discussão até mesmo com os segmentos que receberam algum tipo de reajuste, o que discrimina e aparta o funcionalismo. Isso não pode ser feito. Nós, Deputados e Deputadas, não podemos concordar com isso. As leis são aprovadas para serem respeitadas, e o Executivo tem de respeitá-las e respeitar também os trabalhadores.

Aqui nas galerias estão representantes dos servidores do funcionalismo público que estão se mobilizando, se organizando para mostrar não só ao governo do Estado, mas a todo o povo de Minas Gerais que o servidor está unido e que não vai aceitar calado mais esse calote do Executivo, do Governador, do governo do Estado.

Então, como Deputado e Líder da Oposição nesta Casa, manifesto aqui a minha solidariedade. Tenho a certeza de que a maioria dos parlamentares desta Casa igualmente estão solidários. Repito, manifesto a minha solidariedade a todos vocês que estão em luta. Esta Casa sempre estará aberta a vocês e a todos os servidores públicos em luta.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, também quero falar de um tema muito importante. Hoje, dia 23 de outubro, comemoramos nove anos do lançamento de um programa revolucionário de nosso país. Em 23 de outubro de 2003, o ex-Presidente Lula, o melhor Presidente que o nosso país já teve, lançou o Bolsa Família. Esse programa revolucionário transformou a história do nosso país.

Sr. Presidente, vou ler um artigo publicado hoje no jornal "Folha de S. Paulo". Esse artigo é de autoria da Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do governo da Presidenta Dilma Rousseff. (- Lê:)

"No dia 20 de outubro de 2003, o Bolsa Família foi lançado pelo Presidente Lula sob expectativa de garantir que todos os brasileiros passassem a ter três refeições ao dia. Hoje, podemos comemorar muito mais. Ao priorizar as mulheres como titulares dos benefícios, mais do que assegurar recursos para alimentação, remédios, material escolar e higiene às crianças e à família, conquistamos avanços com aumento do poder decisório da mulher e do exercício de seus direitos reprodutivos.

Optamos por soluções simples e modernas, como o pagamento via cartão magnético - instrumento que não só facilita o controle, como também torna as relações impessoais e reduz interferências políticas. O cartão colocou o benefício diretamente na mão da família, fortalecendo sua autonomia, desburocratizando o programa e injetando dinheiro diretamente na economia.

Já imaginávamos que o Bolsa Família traria dinamismo às economias locais, mas não contávamos com o efeito multiplicador que o programa teria, algo que se fez notar com maior nitidez, a partir da crise que eclodiu em 2008 nos países ricos. Submetidos a todo tipo de pesquisas, estudos e questionamentos, muitos mitos, preconceitos e dúvidas sobre o Bolsa Família foram paulatinamente sepultados. Não houve estímulos à natalidade ou o chamado "efeito preguiça" entre os beneficiários. Pesquisas mostram impactos positivos do Bolsa Família na progressão e frequência escolar de crianças e adolescentes, na realização do pré-natal, na vacinação e na amamentação. Pela primeira vez, crianças e jovens pobres apresentam resultados melhores que a média do País em indicadores como taxa de aprovação e evasão escolar.

Nove anos depois do lançamento, temos um programa que chega aos quatro cantos do País, beneficiando 50 milhões de pessoas, a um custo de 0,46% do PIB. Abrangente, eficiente e bem focalizado nos mais pobres, o Bolsa Família viabilizou a construção de um cadastro socioeconômico das famílias mais pobres do Brasil, integrando a maioria dos programas sociais e transformando o Brasil em exportador de tecnologia social. Tornou-se modelo de programa de transferência de renda no mundo e está entre os mais recomendados pela ONU.

O sucesso do Bolsa Família nestes nove anos só foi obtido graças à dedicação de dezenas de milhares de profissionais das áreas de assistência social, educação e saúde no nível federal, nos Estados e em todos os Municípios. Juntos, construímos mais que um programa: a mais ampla articulação federativa em políticas públicas, colocando o Estado a serviço de quem mais precisa. Essas conquistas permitiram à Presidenta Dilma Rousseff propor o desafio de buscar a superação da extrema pobreza por meio do Brasil sem Miséria. Utilizando o mapa da pobreza desenhado a partir do Bolsa Família, estamos expandindo a oferta de vagas de qualificação profissional pelo Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego -, de escola em tempo integral pelo Mais Educação, de vagas em creches e muito mais. Com o Brasil Carinhoso - ancorado no Bolsa Família e com ênfase na saúde e na educação de crianças extremamente pobres com menos de seis anos - demos mais um passo decisivo: reduzimos em 40% a extrema pobreza no Brasil. O Bolsa Família ajudou a construir um país mais justo e mais igual ao longo desses nove anos."

Ela termina dizendo: "O Brasil está de parabéns". Também quero dar os parabéns à Ministra Tereza, ao Presidente Lula e à Presidenta Dilma Rousseff, por ter prosseguido com esse programa ousado e ter agregado ainda mais valor a ele.

Gostaria de dizer que, ao contrário do que muita gente da elite pregava, que esse programa incentivaria a natalidade irresponsável ou a preguiça, o Bolsa Família ajudou o Brasil a combater o preconceito e a extrema pobreza, porque ele não é um programa de caridade, mas sim de inserção social. Trata-se de um programa que busca resgatar uma imensa dívida social que o Brasil tem com a classe trabalhadora, ou seja, com os que trabalham, que moram de forma precária e que não têm o reconhecimento das elites. Portanto, esse programa lançado pelo Presidente Lula e assumido pela Presidenta Dilma Rousseff é vitorioso e muito importante.

Aliás, Sr. Presidente, hoje, pela manhã, lá em Contagem, em desagravo ao nosso companheiro Deputado Durval Ângelo, candidato a Prefeito daquela cidade pelo PT, tivemos a presença de Leonardo Boff, grande teólogo e intelectual.

Lá ele falou muito da luta dos brasileiros contra a pobreza extrema e da luta contra a pobreza mundial; dos primórdios da Teologia da Libertação, que previa e ainda prevê a opção preferencial pelos pobres; e das políticas de inclusão social que o PT tem levado a efeito tanto no importante e vitorioso governo do Presidente Lula, referência para todo o Brasil, quanto no da Presidenta Dilma Rousseff.

Queria encerrar minha participação, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, dizendo que é um desafio muito grande para nós todos esse combate sem tréguas à pobreza extrema e à miséria em nosso país. O que a elite tem feito com o Deputado Durval Ângelo em Contagem é dizer que o Deputado é um defensor dos bandidos, porque defende os direitos humanos. Deputado Rogério Correia, estivemos lá hoje, você, eu, a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado Adelmo Carneiro Leão, levando nossa solidariedade ao Deputado Durval Ângelo. Leonardo Boff disse que a extrema pobreza é uma afronta aos direitos humanos, aos direitos mais elementares. É preciso mesmo enfrentá-la com decisão. A luta que o Deputado Durval Ângelo tem mantido e levado a efeito em Minas e em todo o Brasil é muito importante e merece consideração de todos os Deputados, de todo o povo de Minas Gerais e de todo o povo brasileiro. Por isso quero manifestar, neste momento, mais uma vez, em nome da Bancada do PT, nossa solidariedade ao Deputado Durval Ângelo. Deputado Durval Ângelo: há homens que lutam um dia e são importantes; há homens que lutam um ano e também são importantes; há homens que lutam muitos anos e são mais importantes ainda; mas há homens como você, Deputado Durval Ângelo, que lutam sempre: você é imprescindível. Estou aqui para prestar nossa solidariedade a você e à sua luta. Leve em seu coração a solidariedade do PT. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia, convidados das galerias, retornamos a esta tribuna para novamente criticar a inércia de nosso Congresso, dos nossos Deputados Federais e Senadores, e também da Presidência da República. Realizamos hoje, Sr. Presidente, uma audiência pública na Comissão de Segurança Pública para discutir as questões da criminalidade e da violência na região da Pampulha, que hoje congrega 40 bairros. Obviamente, são temas recorrentes. Não conseguimos discutir segurança pública sem investimentos por parte do governo do Estado, sem aumento de efetivo e também sem discutir a legislação penal, a Lei de Execução Penal e a Lei Processual Penal.

Infelizmente, temos assistido a um desserviço prestado pela Presidência da República e uma inércia total do parlamento.

Faço aqui uma crítica, especialmente aos Deputados Federais e Senadores, independentemente de serem do nosso Estado ou do meu partido. Há uma inércia completa desses senhores parlamentares e da Presidência da República ao permitirem que cada vez mais tenhamos uma legislação frouxa, que apenas beneficia o criminoso, o bandido contumaz.

Temos aqui, Sr. Presidente, a edição da última lei que acabou de produzir praticamente uma situação ridícula para a atuação policial. A Lei nº 12.403, de 4/5/2011, sancionada pela Presidência da República e de sua autoria, passou pelo Congresso, pelas duas Casas Legislativas, e os parlamentares não tiveram a coragem de fazer enfrentamento.

Há por parte do governo a preocupação, em termos de política criminal, de liberar presos. Por outro lado, vemos o trabalhador, o cidadão que pega ônibus lotado, que trabalha, que sua a camisa, o empresário, o microempresário, o empreendedor individual, ou seja, o cidadão que cumpre as leis, e não só essas, as regras sociais, serem os maiores prejudicados. O que essa lei trouxe de perverso para o trabalhador, para o cidadão, para as pessoas honradas? A Lei nº 12.403 determina que, nos crimes de pena de um até quatro anos de prisão, será concedida sempre a liberdade. O trabalhador sai, vai trabalhar, passa o dia inteiro trabalhando, o bandido invade sua casa, “limpa” seus aparelhos eletrodomésticos, rouba joias, rouba às vezes uma pequena quantia de dinheiro guardada, “limpa” a casa do cidadão; a polícia se empenha, “dá duro”, prende, mas, ao chegar à delegacia, o criminoso é solto.

Então, pergunto: estamos beneficiando quem? O trabalhador, o que saiu de madrugada, o que pegou o ônibus lotado, aquele que saiu com seu veículo e trabalhou o dia inteiro, ou o bandido, o criminoso? Nessa lei, o criminoso, o bandido ficará preso somente em casos excepcionais. O crime de furto prevê pena de um a quatro anos. Aí, Deputado Vanderlei Miranda, esse criminoso não ficará preso porque a Lei nº 12.403 afrouxou mais ainda.

O trabalhador sua a camisa, custa-lhe montar um negócio. Quantas padarias e lanchonetes são assaltadas, furtadas rotineiramente? Quando da prisão do criminoso, encontramos uma lei que vem na contramão. Parece que nossos Deputados Federais e Senadores não andam perto do povo, não leem jornal, não ouvem o clamor da população, para permitir que um esdrúxulo jurídico desse seja aprovado pelas duas Casas Legislativas. Qual será a desculpa? Poderão dizer que temos muitos presos e temos de colocar um punhado de gente nas ruas, mas são as mesmas pessoas que continuam a reincidir no crime, sendo presas várias vezes sem nenhum tipo de punição.

Não é apenas o crime de furto, mas também o pior, o porte ilegal de arma. Qual cidadão, qual pessoa honrada sai ao meio da rua portando arma de fogo? Nenhum. O cidadão de bem não faz isso. Ele, no máximo, adquire uma arma e deixa-a nas dependências da sua casa para sua defesa.

Mas, pelo crime de porte ilegal de arma, o criminoso, o assaltante ou o latrocida é preso pela polícia e, ao chegar à delegacia, sob a interpretação da Lei nº 12.403, é colocado na rua, sob fiança ou mesmo sem ela, dependendo da circunstância. E aí, como fica a população?

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que estamos vendo é o Congresso dormindo, mas dormindo mesmo, sem sequer acompanhar o clamor do cidadão que tem sofrido essa violência. Se aqueles bandidos presos com uma arma ilegal na cintura, com armas raspadas ou furtadas, são entregues pela Polícia Militar em uma porta da delegacia e saem pela outra, imaginem o que sente o policial quando pensa em sua profissão! Imaginem o que ele sente ao ver ir por água abaixo todo o seu trabalho, lembrando que muitas vezes ele correu, pulou barranco, despencou de ribanceira, pulou muro e saiu todo arranhado – isso, quando não é morto ou recebe um tiro na cabeça, como aconteceu com o Sd. Júnior no assalto àquela casa no Barreiro, onde se produziam joias, há mais ou menos uma semana, e que hoje está no Hospital João XXIII, em estado gravíssimo. Bem, depois de tudo isso, ele prende a pessoa, leva-a à delegacia, mas ela é solta. Como fazer segurança pública desse jeito? E a culpa é de quem? É do policial? É ele que não está



combatendo? Não! A culpa não é da polícia, que tem trabalhado exaustivamente. A culpa é do Congresso Nacional e da Presidência da República, que ficam preocupados em liberar presos de cadeias porque eles dão uma despesa alta. Eles obedecem mais a uma política criminal de liberação de presos e se preocupam menos com a segurança pública, a segurança do cidadão.

Portanto, Presidente, vimos mostrar a nossa insatisfação, não só como cidadão e policial que sou, mas também como Deputado que acompanha a questão da segurança pública em nosso Estado. São feitas inúmeras prisões de criminosos, de bandidos com armas de fogo ilegais que entram na delegacia por uma porta e saem pela outra. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que preside a reunião de hoje e que é advogado, sabe exatamente do que estamos falando. Quando essa pessoa acaba de sair pela outra porta da delegacia e chega a seu domicílio, a seu local de homizio, rapidamente já está com outra arma na cintura, praticando dezenas de crimes. Como manter preso esse bandido, se a lei determinou a fiança? Isso só pode ser feito em casos excepcionais. A Lei nº 12.403, especialmente no art. 322, traz uma redação que nos faz pensar que ela é benéfica à sociedade, pela técnica legislativa utilizada: “A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a quatro anos”. Para quem faz uma leitura rápida, essa lei pode parecer benéfica, mas ocorre o contrário. Para o crime de furto, a pena é de um a quatro anos; para o porte ilegal de armas, não passa de quatro. Ora, é muito raro que se consiga prender o bandido, o criminoso contumaz, que porta uma arma ilegal e pratica diversos assaltos em que muitas vezes agride a vítima com coronhadas e tiros e comete estupros e latrocínios, em flagrante delito desses crimes. A vantagem que a polícia tinha era a possibilidade de prender esse criminoso pelo porte ilegal de arma. Com isso, ela conseguia segurá-lo na prisão. Agora, nem isso mais consegue.

E isso graças a essa lei esdrúxula, que veio apenas para beneficiar o criminoso, porque o cidadão honrado não carrega arma ilegal na cintura ou dentro do seu carro. No máximo, quando o faz, essa arma é registrada. De posse da sua identidade, com o número do CPF, um comprovante de residência e informações sobre o ramo de atividade em que trabalha, ele justifica que necessita da arma. Há uma enorme burocracia na Polícia Federal para provar que o cidadão precisa da arma. Então é muito raro encontrar um cidadão que não é criminoso, que não é bandido portando uma arma - é o cidadão de bem. Portanto há uma série de vedações na Lei nº 10.826, de 2003, que trata do Estatuto do Desarmamento. Ou seja, para o cidadão ficou quase impossível o porte de arma, apenas tê-la em sua residência.

Porém, para o bandido não é assim, porque este não cumpre a lei. O bandido não comprova sua identidade, seu CPF, seu comprovante de residência e também não se submete a um treinamento. Pelo contrário, faz tudo ilegalmente. Às vezes a arma está raspada, foi furtada da casa de um cidadão de bem, da própria polícia, ou de uma empresa de transporte de valores. Sendo assim, essa arma é ilegal. E ainda há as centenas e milhares de armas que passam livremente pelas nossas fronteiras, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. E isso porque o governo federal não está preocupado com segurança pública. O governo federal, a Polícia Federal da União, que tem como competência originária combater o contrabando de armas e o tráfico de drogas, nada tem feito, absolutamente nada. E as consequências disso são as polícias estaduais “enxugando gelo” o tempo todo. E ainda deparamos com esse tipo de lei, o que é simplesmente lamentável. É lamentável que os nossos Deputados Federais estejam todos dormindo, e não só os Deputados Federais, mas também os Senadores, que deixam passar esse projeto de lei, e a Presidência da República o sanciona. Em que país eles estão vivendo? Será que não acompanham o noticiário? Será que não veem o que o criminoso está fazendo com o trabalhador, com as pessoas sérias, pessoas que dependem de salário, que trabalham o mês todo, cumprindo 8, 10, 12 horas diárias de trabalho, pessoas que fazem horas extras? Mas parece que eles não estão preocupados com isso.

Então, Sr. Presidente, a nossa crítica aqui, em forma de desabafo, é a respeito da lentidão, da passividade dos Deputados Federais, dos Senadores e, muito mais preocupante, da atitude da Presidência da República, quando manda para a Casa um projeto como esse, transformado na Lei nº 12.403. Cada vez mais, a legislação brasileira - a legislação penal, a processual penal, a de execução penal - beneficia apenas o criminoso, o bandido. Enquanto isso, a população honrada, o trabalhador, vem sofrendo as consequências disso. São famílias e mais famílias vitimadas, assim como crianças, adolescentes, senhores e senhoras. Os trabalhadores estão sofrendo nas mãos de bandidos. E, Sr. Presidente, na maioria das vezes, quando os bandidos são presos, ainda há uma turma do outro lado, Deputados Federais e Estaduais, advogados, Promotores, Juizes, querendo discutir a ressocialização, sendo que o criminoso não cumpriu pena nem por um dia. Ou seja, o criminoso não cumpriu nem um dia de pena, mas eles já querem discutir a ressocialização. É muito bom, é muito lucrativo ser bandido neste país, porque, além de termos uma lei frouxa, temos dezenas, milhares de autoridades querendo essa discussão.

Só ainda não vi nenhuma autoridade se propor a discutir ressocialização, Deputado Dalmo Ribeiro Silva - e já estou encerrando -, quando o filho dele é vítima, quando a esposa dele é vítima, quando a mãe ou o pai dele é vítima. Queria ver essas mesmas autoridades discutirem ressocialização de fulano de tal que cometeu latrocínio, que é matar para roubar, sendo a vítima um filho delas.

É isto que esperamos da Presidente da República e do nosso Congresso Nacional: que acordem e parem de ser passivos. Muito obrigado, Sr. Presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 24/10/2012, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Dimas Pereira dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR.



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 100/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 14/11/2012, às 14h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de consultoria especializada em Itil.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94 – 5º andar – Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte (MG) – CEP: 30190090, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$ 0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar sua reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 109/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 10/11/2012, às 14h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço global, através da internet, tendo por finalidade o fornecimento com instalação de móveis.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$ 0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.



ERRATA

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/10/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 26/10/2012, na pág. 2, sob o título "Ofícios", onde se lê:

“Do Sr. Bruno Henrique Avelar de Pinho Simões”, leia-se:

“Do Sr. Breno Henrique Avelar de Pinho Simões”.